

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Gustavo Terra Costa

Revisão conceitual sobre neoextrativismo na América Latina e o caso do mercado aurífero como
fator explicativo

Graduação em Relações Internacionais

São Paulo

2024

Gustavo Terra Costa

Revisão conceitual sobre neoextrativismo na América Latina e o caso do mercado aurífero como fator explicativo

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Graduação em Relações Internacionais, sob a orientação do prof. Dr. Augusto Leal Rinaldi.

São Paulo
2024

COSTA, Gustavo Terra. **Revisão conceitual sobre neoextrativismo na América Latina e o caso do mercado aurífero como fator explicativo.**

Resumo

O conceito de neoextrativismo pretende abarcar um fenômeno contemporâneo e complexo que busca criticar e analisar as relações sociais no capitalismo neoliberal. O presente artigo tem como objetivo demonstrar importantes apontamentos sobre o conceito neoextrativista e analisar o mercado aurífero internacional para compreensão de uma ampla dinâmica do capitalismo financeiro e o seu papel sobre diferentes experiências latino-americanas. Os Estados da conhecida “Onda Rosa” buscaram expandir diferentes fontes de recursos financeiros que estão conectados com grandes cadeias de extração e exportação de *commodities*, visando à legitimação da prática neoextrativista e ao direcionar o excedente, são criadas políticas sociais que buscam a redistribuição de renda e o alívio da pobreza. Os resultados obtidos desta sistematização são compreendidos no momento em que o preço das *commodities* no mercado internacional é determinante para as relações sociais e isso demonstra a importância e a relevância do debate sobre o neoextrativismo para o entendimento de fenômenos globais, nacionais e locais. Com o suporte teórico de autores clássicos como o uruguaio Eduardo Gudynas, o autor equatoriano Alberto Acosta e a autora argentina Maristella Svampa, é de interesse compor um entendimento sobre extrativismo e neoextrativismo, assim como a correlação desta prática com a extração do ouro, sendo demonstrado a partir de uma análise qualitativa do mercado aurífero internacional.

Palavras-chave: Neoextrativismo, Neoliberalismo, América Latina, Ouro

COSTA, Gustavo Terra. **Conceptual review of neoextractivism in Latin America and the case of the gold market as an explanatory factor.**

Abstract

The concept of neoextractivism encompasses a contemporary and complex phenomenon that seeks to criticize and analyze social relations under neoliberal capitalism. The aim of this article is to demonstrate important points about the concept of neoextractivism and to correlate it with the international gold market in order to understand the broad dynamics of financial capitalism and its role in different Latin American experiences. The States that composes what is known as the “Pink Tide” have sought to expand different sources of financial resources that are connected to large chains of extraction and export of commodities, with the aim of legitimizing and directing the surplus and creating social policies aimed at redistributing income and alleviating poverty. The results obtained from this systematization are understood at a time when the price of commodities on the international market is a determining factor for social relations and this demonstrates the importance and relevance of the debate on neoextractivism for understanding global, national and local phenomena. With the theoretical support of classic authors such as Uruguayan author Eduardo Gudynas, Ecuadorian author Alberto Acosta and Argentinian author Maristella Svampa, it is of interest to compose an understanding of extractivism and neoextractivism, as well as the correlation of this practice with gold extraction, which is demonstrated through a qualitative analysis of the international gold market.

Keywords: Neoextractivism, Neoliberalism, Latin America, Gold

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o meu orientador, prof. Dr. Augusto Leal Rinaldi nos direcionamentos necessários para a produção deste trabalho de conclusão de curso.

Assim, gostaria de agradecer todos os docentes que me acompanharam na minha trajetória de formação dentro da universidade e que me instigaram ao senso crítico e a reflexão sobre a sociedade contemporânea.

Agradecer, também, todas as minhas amigas e amigos que dividiram o espaço da graduação ao meu lado e em algum momento marcaram a minha formação universitária.

Gostaria de dedicar aos meus familiares esta produção, em especial, ao meu irmão Fernando Terra Costa, que me acompanhou durante toda a minha formação, sempre dando suporte e debatendo ideias.

Por último, deixo em memória do meu avô Nivio Terra, que certamente está orgulhoso da minha trajetória.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. NEOEXTRATIVISMO	4
3. NEOEXTRATIVISMO E EXPLORAÇÃO AURÍFERA	11
4. O MERCADO AURÍFERO CONTEMPORÂNEO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6. BIBLIOGRAFIA	22

1. INTRODUÇÃO

O conceito de “neoextrativismo” foi reivindicado inicialmente na virada do século XX por autores como José Fernandes do Rêgo (1999), sendo um modelo de produção sustentável, pois o extrativismo era lido como uma opção inviável para a Amazônia em que justamente seria uma nova relação entre Homem e Natureza na qual a confluência do interesse extrativo estivesse alinhada harmonicamente, por exemplo, com os povos indígenas. Assim, o neoextrativismo seria acima de tudo uma máxima de um modelo de desenvolvimento sustentável que compreende o interesse do “capital internacional e os países ricos à adoção de uma estratégia particular para a Amazônia brasileira com o objetivo primordial de assegurar a preservação das áreas de maior diversidade biológica” (Do Rêgo, 1999, p.1).

Diametralmente oposto, o conceito amplamente aceito de neoextrativismo tratado por Gudynas (2009; 2013), Acosta (2016) e Svampa (2019) é um conceito crítico do que é entendido por “neodesenvolvimentismo” que terá bandeiras como o desenvolvimento sustentável, e que terá:

os aspectos "positivos" do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos "positivos" do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (Sampaio Jr, 2012, p. 679).

Desta forma, com a primazia do progresso tecnológico dentro da nova lógica de “ordem e progresso” que abarca o neodesenvolvimentismo terá sua exemplificação nos grandes projetos de extração de recursos naturais e que este estimularia os países latino-americanos para um salto qualitativo para o *status* “desenvolvido” (Sampaio Jr, 2012).

Desse modo, o neoextrativismo será amplamente utilizado para denominar o início dos anos 2000 nas práticas que se referem tanto a forma quanto o manejo na extração mineral, madeireira e de demais *commodities* dentro dos diferentes contextos no chamado Sul Global (Svampa 2019), em especial na América Latina. O debate teórico para o entendimento prático desta atividade dentro do capitalismo neoliberal se torna essencial para a compreensão do momento atual, tanto na escalada autoritária quanto na degradação do meio ambiente. Assim, o desafio de sistematizar o conceito de “Neoextrativismo” nos diferentes contextos dos mais de vinte anos do século XXI, e da sua formação dentro do processo histórico, permeia o interesse desta produção acadêmica que, para além de ter em sua proposta uma revisão bibliográfica sobre o tema, busca explorar o mercado

global de ouro para a compreensão dos processos capitalistas que estão fundamentadas em práticas neoextrativistas. Sendo assim, o que se entende hoje por neoextrativismo na América Latina? Como o ouro e sua dinâmica no mercado financeiro consegue exemplificar esta prática? Suas interconexões com o atual modo de produção capitalista repetem dinâmicas coloniais que permeiam tanto governos progressistas quanto autoritários, assim se permite guiar e ampliar os entendimentos deste conceito. Assim, a presente revisão tem como objetivo demonstrar importantes apontamentos sobre o conceito neoextrativista e analisar o mercado aurífero internacional para compreensão de uma ampla dinâmica do capitalismo financeiro e o seu papel sobre diferentes experiências latino-americanas.

A exploração do ouro ganha contornos mais latentes em um processo mecanizado, dado por avanços tecnológicos, e pela sua valorização no mercado financeiro, em que autores como Luiz Wanderley (2016) evidenciam a característica de reserva de valor e a sua especulação globalmente. Este aspecto macroeconômico está correlacionado com os períodos de crises sistêmicas no capitalismo, em especial no neoliberalismo, que terá como ressonância as crises de 2008 e da Covid-19 como referenciais analíticos para verificar o aumento do valor aurífero no mercado financeiro. O exercício proposto é elaborar o entendimento sobre a correlação entre o aumento do valor de mercado do ouro como *commodity* (escorado no câmbio flutuante) e o modelo econômico neoextrativista fundado na dinâmica neoliberal dos anos 2000 até o momento.

Em um importante exercício de síntese do pensamento sobre esse novo extrativismo, o texto intitulado “*From extractivism to global extractivism: the evolution of an organizing concept*” (Changon et al. 2022), evoca a complexidade do campo e se propõe a compreender mais amplamente esse conceito múltiplo trazendo consigo inúmeros adjetivos e substantivos a área acadêmica para o entendimento dos mais diversos fenômenos por trás da extração exaustiva de recursos naturais. Este artigo busca justamente demonstrar e advogar pela área por conta da compreensão da:

relationship between extractivism(s) and multiple global crises, including climate change, ecological degradation, biodiversity loss, global pandemics, and human displacement, is a matter of great importance and historical urgency, and as such deserves much greater empirical and analytical attention in the coming period. (Changon et al. 2022, p. 780).

Os autores que contribuíram com este artigo supracitado, se debruçaram sobre o conceito de *extractivism(s)*, evidenciando que este é diverso e múltiplo em diferentes análises empíricas que compõem a base ontológica do neoextrativismo latino-americano e global.

Ao pensar metodologicamente, a revisão bibliográfica serve para situar o leitor frente à carga teórica empregada para a compreensão do neoextrativismo na América Latina. Para isso foram utilizadas referências clássicas da área (Gudynas 2013; Acosta 2016; Svampa 2018) que valorizam diversas fontes primárias para a sustentação lógica e ontológica deste fenômeno de acumulação. Complementarmente, evocar as fontes secundárias como estudos, dossiês e ensaios acadêmicos que qualificam os dados do mercado aurífero, auxiliam a direcionar a análise do caso e seus desdobramentos no processo histórico. Partir de uma literatura especializada e da sociedade civil torna-se engrandecedora para a compreensão da dinâmica do neoextrativismo ao redor da América Latina, tendo o objetivo de alinhar as principais peças da bibliografia latino-americana e assim interpretar o mercado aurífero sob esta lente analítica.

O presente trabalho será separado em três seções que permitem aprofundar e sistematizar o entendimento sobre o conceito estudado. Será iniciado um resgate teórico sobre o neoextrativismo e a leitura de autores latino-americanos, como Alberto Acosta, Maristella Svampa e Eduardo Gudynas, sendo essencial para compreensão deste fenômeno contemporâneo, assim como outros conceitos que corroboram para o seu entendimento como as noções de neoliberalismo (Harvey, 2005) e vulnerabilização (Porto e Rocha, 2022). A seção seguinte será para a elaboração do papel do ouro dentro do neoextrativismo e o seu aspecto rentista dentro do capitalismo neoliberal. A última sessão irá se debruçar sobre o mercado aurífero e financeiro e a sua importância qualitativa para a análise ao considerar a sua extração legal e ilegal no percurso recente da história e as suas implicações nas relações sociais.

2. NEOEXTRATIVISMO

O extrativismo é fundante para o processo colonial (Guarinello; Naccarato, 2023), sendo

não apenas um traço estrutural do capitalismo, como também algo sustentador de uma rede internacional de interações entre Estados e o capital. Com o advento conceitual do neoextrativismo (Gudynas, 2013), é possível compreender o modelo de acumulação a partir da extração de recursos naturais em que governos se utilizam das volumosas margens de recursos financeiros advindos desta atividade em nome da redistribuição dentro de políticas sociais, mas contribuem para a massiva promoção de grandes projetos de mineração, agropecuária e outros circuitos econômicos que estão voltados para a exportação. O neoextrativismo é indissociável a uma concepção de política neoliberal e, com isso, a partir da década de 1990, expande-se a prática para países dependentes, em especial na América Latina. Na realização do modelo neoextrativista, a convergência do Estado com o mercado é evidente, como exposto por Rodrigo Santos (2013) ao inspirar-se em Gudynas (2009) e ponderar que a disputa em torno de bens naturais traz o “projeto neoextrativista na América Latina, que compreende ainda um papel ativo do Estado na acumulação de capital e o uso das rendas extrativas como esteio de legitimidade política” (Gudynas, 2009, apud Santos, 2013, p.1).

Os autores latino-americanos referências sobre o debate do neoextrativismo são, por exemplo, o autor uruguaio, Eduardo Gudynas, o autor equatoriano Alberto Acosta e a autora argentina Maristella Svampa. Estes três exemplos irão se debruçar sobre este conceito e buscaram compreender os processos vivenciados no início do século XX dentro da América Latina. O entendimento sobre o neoextrativismo como um novo modelo de acumulação na economia capitalista advém de um profundo entendimento de Svampa (2019) e Acosta (2016) onde se identifica que “a pobreza em muitos países do mundo está relacionada com a existência de uma significativa riqueza em recursos naturais” (Acosta, 2016, p. 47). Justamente pela riqueza concentrada nos países que tem uma plataforma exportadora de *commodities* o condenam ao olhar de Acosta (2016) para “uma maldição” na qual estes países estariam vivendo um perverso “paradoxo da abundância” (Acosta, 2016, p. 46).

Ao se explorar conceitualmente o neoextrativismo (Svampa, 2019; Gudynas, 2013; Acosta, 2016), assim como o colonialismo (Mignolo, 2017), é importante demonstrar o papel ativo dos Estados frente às populações indígenas. A expansão dos grandes projetos de mineração e de garimpo ilegal a partir do “*boom das commodities*” e os ciclos de governos progressistas que legitimaram a exploração exaustiva de recursos naturais para políticas, por exemplo, de redistribuição de renda, e que na América Latina engendraram os entendimentos contemporâneos

a respeito do neoextrativismo latino-americano. Já o colonialismo está muito presente nas relações fronteiriças e de identidade do “outro” e do papel de repressão do Estado brasileiro, por exemplo, e outros Estados latino-americanos que estão desenhados sob uma ótica de ordem e progresso da nação (Quijano, 2005).

As contribuições de Acosta (2016), Gudynas (2013) e Svampa (2019) sobre extrativismo e neoextrativismo são valiosas para a compreensão desse campo de estudo e a sua organização ontológica. O extrativismo compreendido por Acosta (2016) se define “quando nos referirmos às atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação” (Acosta, 2016, p. 50). Normalmente a compreensão de grandes volumes de recursos naturais não processados estão referidos à extração mineral e petrolífera, mas algo que o autor alerta é que também deve ser compreendido o extrativismo agrário, florestal e pesqueiro (Acosta, 2016).

Por sua vez, Gudynas (2016), foca-se muito mais nos processos de mineração e nas jazidas de petróleo e gás justamente por demonstrarem e concentrarem o maior acúmulo de riqueza nestes setores extrativistas, junto aos impactos ambientais mais visíveis. Este autor compreende duas formas de extrativismo o qual, primeiramente, é intitulado extrativismo “clássico” e reconhece o papel das empresas transnacionais como papel determinante e o Estado com uma função “determinada neste processo transnacional e existem regulamentos e controles adotados (incluindo regalias e baixos impostos). Acredita-se que este extrativismo gere crescimento econômico e que este, por sua vez, se distribua para o resto da sociedade.” (Gudynas, 2013, p. 62). Entretanto, este modelo sofreu uma mudança significativa em governos progressistas, principalmente na considerada “Onda Rosa” do início do século XXI até início da segunda década, tendo como expoentes Bolívia (Evo Morales), Brasil (Lula e Dilma), Venezuela (Hugo Chávez), Argentina (Néstor Kirchner) entre outros. Com isso, Gudynas (2013) irá colocar a segunda forma de extrativismo que seria o “neoextrativismo progressista” e será essencial para o entendimento de neoextrativismo visto que:

Quanto ao extrativismo progressista, o Estado capta, ou pelo menos tenta captar, proporções maiores do excedente gerado pelos setores extrativistas, apelando a medidas como regalias ou impostos mais altos. Sem dúvida, em vários países – como as economias andinas – o extrativismo continua a trazer uma contribuição crucial aos tesouros nacionais. Por sua vez, esses governos defendem essas práticas e o próprio setor extrativista, sustentando que elas permitem arrecadar fundos que posteriormente são utilizados nos programas de luta contra a pobreza. (Gudynas, 2013, p. 64)

Assim, o autor demonstra um aspecto essencial do neoextrativismo que será o papel do Estado progressista para a prática de políticas de redistribuição de renda, mas constrói de forma crítica a escolha política de estar fundado na prática de extração para validar estas políticas sociais que justificam a exploração indiscriminada da natureza.

A perspectiva de Acosta (2016) sobre o neoextrativismo engloba o entendimento de que o extrativismo e neoextrativismo são “duas faces da mesma maldição”. Esta “maldição” consiste em compreender que os países que possuem a riqueza de ter recursos naturais de forma abundante, mas estariam fadados a não conseguirem usufruir para desenvolvimento próprio, sendo colocados em uma posição de subdesenvolvimento e subserviência aos países centrais do capitalismo que necessitam destes recursos para manter a posição de poder e assim submetendo outros Estados a uma lógica de dependência e exploração. O entendimento de neoextrativismo de Acosta (2016) parte das premissas de Gudynas (2013), mas acrescenta que “a lógica subordinada de sua produção, motivada pela demanda externa, caracteriza a evolução dessas economias primário-exportadoras. O neoextrativismo eventualmente mantém e reproduz elementos-chave do extrativismo de raiz colonial” (Acosta, 2013, p. 67).

As contribuições de Svampa (2019) evocam ambos os autores e compõem uma importante leitura do neoextrativismo. Este conceito, como colocado, é atribuído a uma categoria analítica para se compreender de forma crítica e mobilizar a tomada de ação. Ao mobilizar o autor Emiliano Terán Mantovani (2016) sobre a ideia de um “modo particular de acumulação”, ele pôde analisar e qualificar diferentes experiências em âmbitos sociais, territoriais e do papel de atores importantes como o próprio Estado. O extrativismo para Svampa parte de um entendimento de que a América Latina não possui uma história linear e que é:

atravessada pelos sucessivos ciclos econômicos, dependentes das demandas do mercado mundial, assim como pelos processos de consolidação do Estado nacional - sobretudo em meados do século XX-, que permitiram determinado controle da renda extraordinária advinda tanto dos minérios quanto do petróleo. (Svampa, 2018, p. 26)

O reconhecimento de que no século XXI este extrativismo assumiu novas dimensões está ancorado em continuidades e rupturas com o modelo e “estilo” econômico atribuído (Svampa, 2018). De forma sucinta, a autora elabora o extrativismo como um modelo econômico que é definido pelo “modo de apropriação da natureza, um padrão de acumulação colonial, associado ao nascimento do capitalismo moderno” (Svampa, 2018, p. 32). Em contraste, o neoextrativismo

advém de uma nova realidade composto por níveis globais, regionais e nacionais, territoriais e políticas.

No nível global está caracterizado a transição de poder hegemônico entre Estados Unidos e China como propulsor econômico e influência direta nos países primário-exportadores, a expansão das fronteiras das *commodities* como, por exemplo, mega-projetos de mineração, agropecuários e agrícolas. Além destas, estaria também o esgotamento dos bens naturais não renováveis e a própria crise socioecológica de alcance global. No nível seguinte que compõem o regional e o nacional, está ancorado o próprio modelo extrativo voltado para exportação, o papel do Estado-Nação e os elevados lucros das empresas transnacionais que atuam nesses setores. No nível territorial, a autora irá pensar sobre a ocupação intensiva do território, tendo as “lutas ecoterritoriais” (Svampa, 2019) como disputa de diferentes atores, mas que os povos autóctones que se reconhecem na terra, de forma espiritual e de garantidor do modo de vida, buscam o exercício do território como sujeito de direito. O último nível deste exercício de síntese da autora é o político, no qual seria o surgimento de uma nova gramática da oposição política, o aumento de violência estatal e paraestatal. Estes níveis compõem o entendimento de novas dimensões para a compreensão analítica do conceito de neoextrativismo.

Estes autores partem de um entendimento de um desenvolvimento ilusório (Svampa, 2019), temporário e/ou como uma maldição (Acosta, 2016) aos países primário-exportadores. Como o processo histórico demonstra, os Estados democráticos da “Onda Rosa” esgotaram o seu ciclo “progressista”, e assim surge a máxima de Svampa (2019), que “mais extrativismo, menos democracia” tendo cada vez mais violência e a criminalização de ativistas ambientais dado o aumento autoritarismo do Estado. A presença de atores estatais e não-estatais que visam e buscam garantir a extração de recursos para obter margens mais elevadas de lucro, valendo-se também pelo uso da violência estatal cria, segundo Acosta (2016), um Estado Policial que “reprime as vítimas do sistema ao mesmo tempo, em que declina do cumprimento de suas obrigações sociais e econômicas. A própria institucionalidade jurídica acaba envolvida nos interesses e pressões das empresas extrativistas privadas ou estatais” (Acosta, 2016, p. 71). Isso pode ser verificado frente aos governos conservadores que sucedem a “Onda Rosa”, a qual se caracterizava por vários Estados guiados por políticas progressistas que promoviam políticas de fomento ao neoextrativismo para o combate à pobreza. Em contrapartida, a alçar ao poder os governos conservadores adotaram políticas de austeridade mais severas, minando as políticas de

redistribuição de renda e aprofundando unilateralmente o modelo econômico neoextrativista, por exemplo, os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022), no Brasil.

O neoextrativismo, para Svampa (2019), ganha contornos mais latentes justamente pela magnitude dos projetos de megamineração a céu aberto, obras de infraestrutura e monoculturas do agronegócio, superexploração pesqueira e da expansão das fronteiras petrolíferas e energéticas. Algo que intersecciona todos os três autores supracitados é justamente a atualização no modelo de acumulação a partir desse novo modelo ou “estilo” de desenvolvimento (Svampa, 2019) que prioriza o mercado externo onde os governos nacionais promovem a expansão e valorização desses setores ao máximo, tencionando justamente para um processo de reprimarização da economia desses países.

A discussão em torno do conceito “acumulação de capital” assume um caráter para David Harvey (2005) de “acumulação por espoliação”, pois existe a necessidade de enfatizar que o neoliberalismo busca a “mercadorização”, e a privatização da produção pública de valores de uso, fazendo parte dos ajustes espaço-temporais necessários no capitalismo para superar as crises de sobreacumulação e gerar aumentos na taxa de lucro” (Herrera e Ruiz, 2019, p. 83). Assim, Harvey identifica processos de acumulação que estão vinculados nas crises do capital que geram abertura de novas espacialidades e com a reprodução da vulnerabilização de comunidades que estão sujeitas à exploração para a acumulação de capital, como exemplo o modelo econômico neoextrativista, haja visto a crise cíclica do capital, tendo a exploração aurífera uma vez que será um indicador pertinente para compreensão desse processo.

A concordância entre diversos atores que o processo de colonialismo ainda é persistente na América Latina recai sobre o modelo econômico do neoextrativismo e o tratamento frente à vulnerabilização dos povos originários. Como foi supracitado, a conceitualização neoextrativista engloba o entendimento da dependência e da posição da América Latina frente às relações interestatais e entre entidades privadas - a primazia de um sistema econômico exportador. A título de exemplo, o contexto recente brasileiro corrobora para a reflexão conjuntural do modelo econômico como reprodutor do colonialismo. A intensificação de políticas anti-indígena expressa-se, por exemplo, no período do governo Bolsonaro (2019-2022), tendo a desarticulação de organismos públicos e a promoção e incentivo para expansão das lavras minerais, agropecuárias e outros setores estando conectadas ao modelo neoextrativista. Segundo o argumento de Marcelo Porto e Diogo Rocha (2022), “os processos de vulnerabilização mais recentes [...], refletem a

existência de um colonialismo persistente atualizado no contexto da inserção semiperiférica do Brasil no sistema-mundo capitalista, neoliberal e globalizado, e que se expressa no modelo de desenvolvimento” (Porto, Rocha, 2022, p. 488).

A vinculação do modelo econômico com a forma de governo exercida pelo Estado corrobora para expansão e intensificação dos processos de acumulação. Tendo a conexão entre Estado e o mercado no neoliberalismo é evidente a transições dos interesses das classes políticas e econômicas por facilidade na obtenção e nas garantias de rendimentos. A retórica e as práticas do governo federal obedeceram e fomentaram a expansão desses laços e, por meio do neoextrativismo, a acumulação de capital se replicou a partir da espoliação. Assim, corroborando para o entendimento da intensificação dos processos de acumulação, outros autores como Alfredo Gugliano, Carlos Alberto Seifert Jr., Guilherme de Queiroz Stein e Bruna Fernanda Suptitz (2022) que refletem sobre a união entre o conservadorismo e o neoliberalismo desde a década de 1980 durante os governos de Margaret Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989). No Brasil, essa representação ocorre no governo de Jair Bolsonaro dado a aproximação com grupos religiosos, elites econômicas que estão conectadas aos processos de extração de recursos e as suas políticas de austeridade que colocam um ciclo permanente na desigualdade brasileira. Por esta perspectiva, a tríade entre conservadorismo, neoliberalismo e neoextrativismo possibilitou o

apoio dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, vinculados ao agronegócio e à mineração, especialmente interessados na flexibilização da legislação ambiental em regiões estratégicas, como a floresta amazônica. Na região amazônica o governo combateu parte dos setores mais avançados da sociedade civil local; obstaculizou medidas e procedimentos que garantiam certa estabilidade ambiental; também estimulou a expansão econômica da exploração de commodities na área florestal, principalmente através do latifúndio, a pecuária de grande extensão e a mineração industrial. (Gugliano; Seifert; Stein; Suptitz, 2022, p.107).

Dessa forma, a exploração de *commodities* evoca um novo suspiro após o "*boom*" do início do século XXI. Entretanto, isso é alcançado com uma face perversa ao desestruturar políticas públicas, flexibilizar leis e avanços frente aos direitos das populações originárias que tinham sido conquistados, tendo possibilitado que o neoliberalismo avançasse e que o neoextrativismo garantisse a sua expansão na América Latina, por exemplo.

O termo *commodities* é fundamental para a compreensão do modelo neoextrativista. A exploração de madeira, minerais, agropecuária e agricultura formam a base da economia voltada para exportação. Assim, com o avanço tecnológico, privatização de setores estratégicos e o avanço

da fronteira que fomenta a exploração de forma agressiva em diversos territórios, o colonialismo incorpora novos processos na sua qualidade explicativa. Ao observar a recente dinâmica econômica brasileira e o tratamento à população originária, é evidente que o neoextrativismo traça suas conexões aos grupos políticos que se utilizam do racismo e do autoritarismo para unir-se com os interesses do capital financeiro para a promoção da rentabilidade sobre as *commodities* (Porto, Rocha, 2022).

3. NEOEXTRATIVISMO E EXPLORAÇÃO AURÍFERA

Os aspectos transnacionais do mercado aurífero demonstram a influência da prática ilegal e legal em diversas etapas das relações sociais, afetando o modo de vida de comunidades locais, regionais e globais, assim como a devastação ambiental causada pela atividade. As interconexões do neoextrativismo com o atual modo de produção capitalista, repete dinâmicas coloniais que permeiam tanto governos progressistas quanto conservadores. Soma-se a compreensão do período áureo dos governos da “Onda Rosa” com o modelo neoextrativo que legitimou a exploração como prática de combate à pobreza, mas que deixou à revelia o desenvolvimento de outros setores econômicos em comparação com o setor primário exportador. Dessa forma, a pertinência deste debate na América Latina e em outras regiões do globo e seu papel dentro do mundo capitalista evidencia características essenciais do neoliberalismo, como o “rentismo” aurífero e o colonialismo, este demonstrado pela violência perpetrada pelo Estado e agentes não estatais para a função de suprir outros estados com recursos naturais e manter sua base econômica dependente e de aspecto primário-exportadora. Esta última característica, sendo uma prática permanente e fundante do neoextrativismo imprimindo uma poderosa força teórica para compressão de inúmeros casos latino-americanos.

Ao considerar os minerais como *commodities*, é de interesse recuperar o período do final do século XX com o aumento das lavras de mineração a céu aberto e a expansão deste setor no Sul Global. Em correlação com o processo neoextrativista, a mineração em larga escala está proeminentemente em processos de exploração, expulsão e violências de comunidades locais, em especial na América Latina. O entendimento da história latino-americana mostra, segundo Acosta (2016), o que o autor entende por “patologias do extrativismo”, pois o “processo extrativista levou a uma generalização da pobreza e abriu caminho para crises econômicas recorrentes” (Acosta,

2016, p.52). A elaboração da compreensão do ouro como *commodity* assumirá um caráter rentista que será evidenciado em grandes crises do capital como na crise de 2008 e isso refletirá no valor de mercado deste metal. Para Acosta (2016), a consolidação de uma mentalidade “rentista” na elite financeira latino-americana “aprofunda a frágil e escassa institucionalidade democrática da região, incentiva a corrupção, desestrutura as sociedades e as comunidades locais, e deteriora gravemente o meio ambiente” (Acosta, 2016, p. 52).

Ao analisar as contribuições de Maristella Svampa (2019), Ricardo Gonçalves e Bruno Milanez veem como a expansão do extrativismo mineral aprofundou as estratégias de acumulação de capital no início do século XXI. Segundo os autores, a contribuição temporal de Svampa (2019) demonstra o neoextrativismo com uma subdivisão em três momentos. Primeiramente, a fase da *positividade* é tida na primeira década do século XXI (2003-2008/2010) com o fenômeno conhecido como "*boom das commodities*", que representou um aumento acentuado em produtos minerais e da busca para suplementar a demanda externa, agrícolas entre outras e acompanhados por "governos ditos progressistas, gastos do Estado com políticas sociais, distribuição de renda e redução da pobreza"(Gonçalves, Milanez, 2019, p.9). Assim, segundo Svampa (2019), a leitura sobre esta primeira fase foi uma guinada extrativista que foi interpretada “como vantagens comparativas de um “novo desenvolvimentismo”, independentemente das diferenças entre governos progressistas ou conservadores.

A segunda fase exposta por Svampa (2019) é o caráter de *difusão dos megaprojetos* e por consequência o aumento de resistências por parte das comunidades atingidas. Exemplos da difusão dos megaprojetos foram Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no caso brasileiro, que contemplava projeto de represas na Amazônia e projetos ligados à exploração de petróleo e gás. Outro exemplo seria o equatoriano que, durante o governo de Rafael Correa (2007-2017), houve a promoção de “megamineração ao céu aberto, assim como a expansão da fronteira petrolífera” (Svampa, 2019). Esses dois casos demonstram a importância de salientar que a retórica de expansão do setor industrial estava alinhada com políticas públicas que aprofundavam o modelo neoextrativista (Svampa, 2019, p.49).

Por último, a denominação de “exacerbação do neoextrativismo” que, a partir de 2013 até a atualidade, está caracterizado pela "queda dos preços das *commodities* somada ao fim do ciclo aludido progressista do neoextrativismo na América Latina"(Gonçalves, Milanez, 2019, p.10). Justamente pela queda dos preços do mercado internacional de commodities, houve um aumento

severo nos grandes projetos extrativos que aumentaram as fronteiras das *commodities* e que demonstrou que parte dos “governos latino-americanos não estava preparada para a queda dos preços dos produtos básicos (...) como rapidamente foram observadas consequências na tendência à queda no déficit comercial e na recessão” (Svampa, 2019, p.53), tendo assim uma reconfiguração do mapa político regional (Svampa, 2019). Em complemento a esta periodização é percebida uma mudança no período da Covid-19 quando ocorre um arrefecimento da economia mundial. Entretanto, o Brasil, por exemplo, mantém suas exportações de *commodities* (variando o volume exportado), mas dado o aumento da demanda por tais recursos, o valor exportado destas aumenta, demonstrando uma nova tendência no mercado de *commodities* a partir da Covid-19 (Mota, 2021).

Ao considerar as *commodities* como ativo financeiro volátil, e sujeitas a variação no mercado internacional de matérias-primas (Wanderley, 2015), Alberto Acosta irá descrever a relação entre atores públicos e privados frente ao período de abundância de recursos externos que adentram os países latino-americanos (Acosta, 2016). Assim, a contribuição de Wanderley (2015) soma-se ao entendimento de Acosta (2016), pois as economias primário-exportadoras sofrem problemas frente à balança de pagamentos e as contas fiscais, “o que promove dependência financeira externa e submete as atividades econômica e sociopolítica nacionais a erráticas flutuações” (Acosta, 2016, p. 56). Na lógica do Estado nacional e em consonância com o grande empresariado, os investimentos internacionais levam a um período de euforia dado os montantes de recursos externos que direcionam agentes estatais e privados a estimular “ainda mais a superprodução dos recursos primários e, eventualmente, as distorções econômicas setoriais” (Acosta, 2016, p. 56).

Alberto Acosta (2016) reconhece que é difícil fazer o uso adequado de grandes recursos disponíveis no período de abundância, pois este é alimentado pelo grande fluxo de exportações, constitui também o grande aumento no consumo da população. Evocando-se que enquanto durar esse período de bonança, evidenciará uma importante questão psicológica no imaginário coletivo e conseqüentemente em termos políticos, justamente o porquê “o aumento do consumo se confunde com aumento da qualidade de vida. Nessas circunstâncias, o governo pode ganhar legitimidade com a lógica do consumismo, que não é ambiental e socialmente sustentável, para continuar ampliando a fronteira extrativista” (Acosta, 2016, p. 57). Esta constatação sublinha várias experiências latino-americanas da chamada “Onda Rosa”, pois o aumento do consumo da população, somado à política de redistribuição de renda, estão ancorados na prática neoextrativista

que acaba muitas vezes priorizando o mercado externo em suas importações de bens-duráveis e arrefecendo a produção nacional, evidenciando distorções e gerando um desequilíbrio na balança de pagamentos. Assim, Acosta (2016) defende que o “rentismo determina a atividade produtiva e certamente o resto de relações sociais” (Acosta, 2016, p.61) e com este aspecto o entendimento do funcionamento do mercado aurífero e as suas implicações nas relações sociais tornam-se essenciais para a compreensão do neoextrativismo em consonância com o neoliberalismo.

4. O MERCADO AURÍFERO CONTEMPORÂNEO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A sistematização anterior será essencial para a compreensão e o estudo sobre o ouro como ilustração dos processos de colonialismo, neoextrativismo e resistências frente à acumulação de capital a partir da espoliação e do “rentismo”. Segundo Luiz Wanderley (2015), a partir da quebra do padrão monetário Ouro-Dólar de 1971 e a transformação do ouro como *commodity*, foi gerada uma ilusão de que "o grau de importância e de influência geopolítica da extração mineral e das reservas do metal aurífero sobre a economia e a política mundial, aparentemente, diminuiu" (Wanderley, p.23, 2015). Para o autor, o ouro assume novas características que serão determinadas pelo câmbio flutuante para a determinação do ativo financeiro volátil, demonstrando ciclos de valorização, estabilidade e depreciação no correr do período do final da década de 1970 até 2014. Outras características são a manutenção de reserva dos Estados e o seu uso na indústria de joias e eletrônicos.

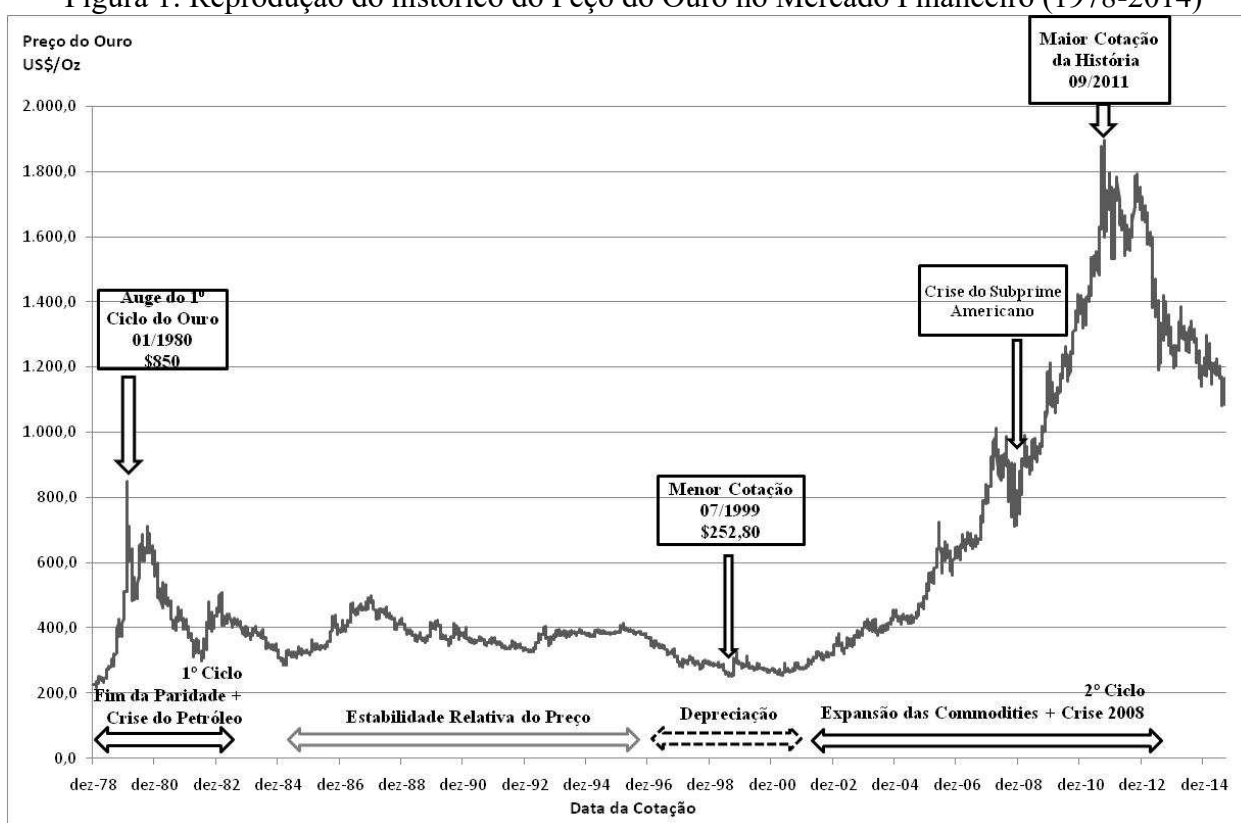
A compreensão de Wanderley (2015), no entendimento de que o capital financeiro influencia o ouro enquanto *commodity*, identifica diversos

processos geoeconômicos ligados ao metal aurífero produzem fluxos transnacionais (mercadoria, capital, informação e pessoas) cujos efeitos se materializam sobre os territórios nacionais, na forma de aumento da extração e exportação de ouro, investimentos em commodities e em projetos de mineração, especulações no mercado financeiro e no setor mineral, circulação de trabalhadores, capital e informação etc. (Wanderley, 2015, p. 23).

Assim, o ouro assume um caráter essencial para a compreensão de diversos processos que estão interconectados ao neoextrativismo e à acumulação de capital. Ademais, recupera uma passagem da obra *Grundrisse* de Karl Marx (1858) na qual este identifica o ouro como "uma

mercadoria como nenhuma outra, pois tinha o privilégio de servir de instrumento de troca universal. Ou seja, tinha a dupla função de funcionar como dinheiro e como mercadoria" (*apud* Wanderley, 2015, p.24). Assim, contemporaneamente, o ouro adquire outros aspectos como supracitado, entretanto é inevitável o entendimento do caráter rentável. Os megaprojetos contêm uma arquitetura que permite a exploração de médio ao longo prazo e, por conta dos recursos finitos da terra, o campo da mineração precisou fomentar tecnologicamente pesquisas e outras formas de explorar minerais que conseqüentemente encarecem os investimentos nestas áreas.

Figura 1: Reprodução do histórico do Preço do Ouro no Mercado Financeiro (1978-2014)



Fonte: World Gold Council e reproduzido por Luiz Wanderley (2015)

Ao sistematizar os ciclos do ouro na Figura 1, Wanderley (2015) busca evidenciar a importância do ouro dentro da geografia da mineração e no processo de globalização financeira. Assim, o ouro torna-se um mineral importante para exemplificar processos de exploração, violência e espoliação dos territórios latino-americanos. No Brasil, a mineração em larga escala e o garimpo ganharam espaço ao longo do final do século XX e principalmente no século XXI no momento que as forças das elites financeiras e de mineração pressionam o Estado brasileiro a flexibilizar

legislações, legitimar ações de violência e demonstrar um projeto de governo que inviabilize a reprodução da vida indígena, como foi constatado durante o governo de Bolsonaro, por exemplo. Assim, Porto e Rocha (2022) refletem que o

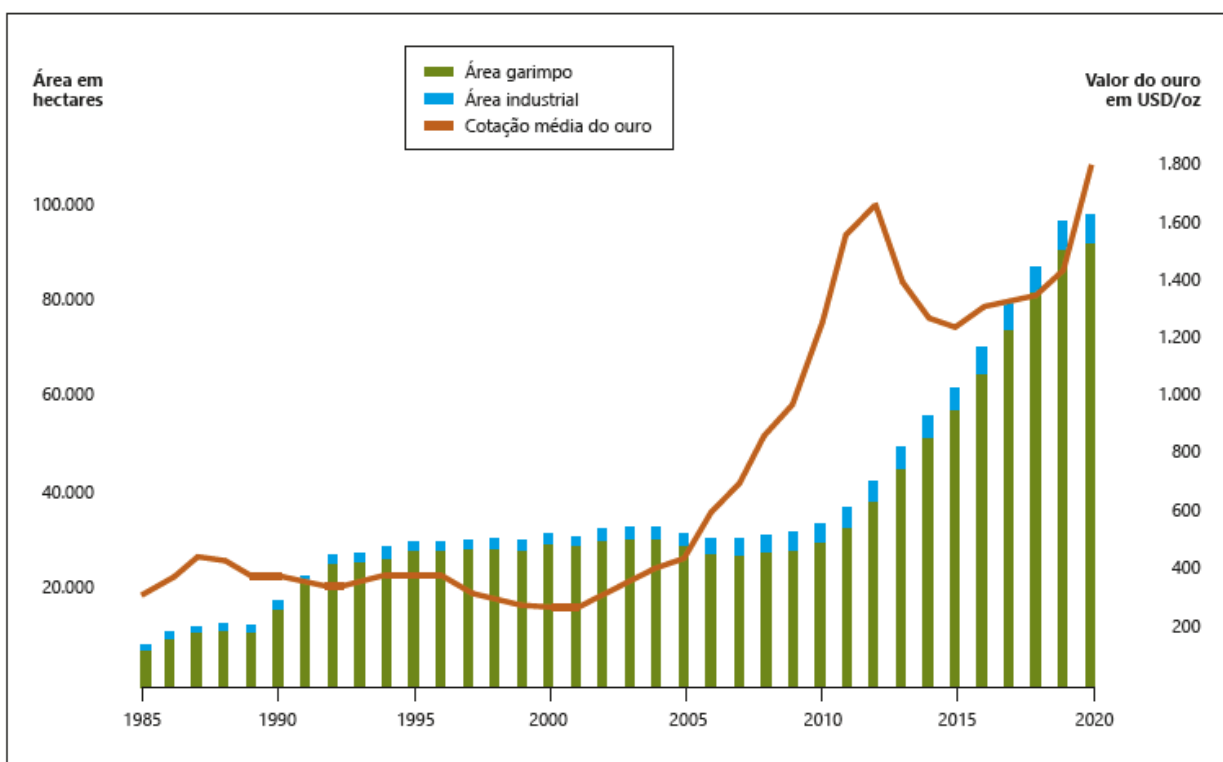
garimpo e a mineração não afetam os territórios indígenas apenas por meio dos impactos diretos relacionados com a perda do território, o desmatamento, a poluição dos rios, a diminuição ou degradação das terras agricultáveis, ou pela redução na variedade e disponibilidade de caça e outros frutos da floresta, dos campos e das águas, importantes para sua alimentação e autocuidado à saúde (Porto; Rocha, 2022, p. 493).

Ademais, o garimpo e a mineração são responsáveis por impulsionar inúmeras atividades infraestruturais necessárias para a manutenção da atividade extrativa. Essas atividades se diversificam na transmissão de energia, sistemas logísticos para o transporte dos minérios via fluvial, férrea ou minerodutos e polos de siderurgias e regiões portuárias para a exportação dos minérios. Tendo esses empreendimentos que acompanham a atividade extrativa, é intensificado “os impactos sobre os territórios localizados nas áreas de influência direta das minas, e sobre territórios de povos e comunidades tradicionais, muitos localizados a milhares de quilômetros de onde o minério é extraído” (Porto; Rocha, 2022, p. 493). O garimpo está articulado com “processos de vulnerabilização e violência relacionados com a extração e o comércio de ouro e envolvem armas, drogas e prostituição” (Porto, Rocha, 2022, p.493). A extração de ouro via garimpo ainda envolve outras irregularidades que afetam o meio ambiente e as comunidades, tendo a utilização do mercúrio, por exemplo, como um facilitador para a lavra irregular, sendo um “metal altamente tóxico usado nos processos de concentração do ouro que contamina rios, peixes e, dessa forma, populações indígenas e ribeirinhas” (Porto, Rocha, 2022, p.493).

Em complementação com a Figura 1, a elaboração do relatório Terra Rasgada (2022) aprofunda qualitativamente a análise sobre a expansão do garimpo e mineração no Brasil. O objetivo do relatório é evidenciar e denunciar o avanço do garimpo no território indígena Yanomami, mas também há uma elaboração macroeconômica do entendimento deste fenômeno, por justamente estar vinculado ao mercado especulativo do ouro no mercado financeiro. A correlação com a expansão das áreas de garimpo sobressai na análise, por conta da cultura imagética de enriquecimento rápido do “garimpo artesanal” que em épocas de aumento de desemprego e desalento podem promover uma maior procura da prática de garimpo (ver Figura 2). Dentro desse aspecto de enriquecimento individual está uma inequívoca mudança de paradigma do garimpo moderno, pois o enriquecimento estará na mão de poucos empresários que podem

financiar a logística e que investem massivamente por conta da grande margem de lucro, visto que o trabalhador explorado no garimpo estará sujeito a mão de obra por dívida e aliciado a práticas criminosas (Terra Rasgada, 2023). Assim, dados do MapBiomias demonstram a “taxa de expansão de garimpos na Amazônia brasileira quadruplicou, passando a 6,5 mil ha por ano (entre 1985 e 2009, o crescimento se dava em torno de 1,5 mil ha por ano)” (Terra Rasgada, p. 30, 2023) não surpreendem quando explicitado as complexidades regionais e mundiais.

Figura 2: Correlação entre a expansão da área de garimpo, mineração legal e cotação do ouro no mercado internacional



Fonte: Relatório Terra Rasgada baseado no “Diagnostico da exploração de ouro no Brasil”. Publicado originalmente em Observatório De Olho no Xingu, com dados da BR Inventing e Mapbiomas.

Segundo o relatório, ao mencionar o projeto Amazônia 2030, o aumento de desemprego na Amazônia em comparação com o restante do Brasil, está correlacionado com a prática de garimpo, já que:

as diferenças das taxas de ocupação são enormes para os grupos de jovens de 18 a 24 anos (43% na Amazônia Legal contra 52% no resto do país, um diferencial de 9 pontos percentuais) e de 25 a 29 anos (60% na Amazônia Legal contra 70% no resto do país, um diferencial de 10 pontos percentuais). Ou seja, 57% dos jovens entre 18 e 24 anos e 40% dos jovens entre 25 e 29 anos na região amazônica não tinham qualquer ocupação em

2019. Mesmo o diferencial para o grupo de pessoas com 30 a 39 anos de idade é bem grande: a taxa de ocupação na região era de 68%, bastante inferior à taxa de ocupação de 75% observada no restante do país. (Terra Rasgada, 2023, p.32)

Assim, o cenário de desemprego e desalento da população jovem “pode deixar a população mais suscetível à atração exercida pelo garimpo ilegal” (Terra Rasgada, 2023).

O sobressalto do valor de mercado do ouro e o progressivo processo de desemprego que desde 2016, a partir do governo Michel Temer, seguiu acima de dois dígitos até meados de 2022 (IBGE, 2024), proporcionam a expansão do garimpo dada aspectos regionais e internacionais. Em 2020, “o aumento vertiginoso do garimpo ilegal em terras indígenas e unidades de conservação na região, naquele momento, foi facilitado por medidas administrativas e decisões políticas do governo Bolsonaro” (Terra Rasgada, 2023, p.30). Essas correlações demonstram justamente o período em que Svampa (2019) irá declarar o fim do “ciclo ou onda progressista”, pós-2015, e que demonstrará justamente uma perda na qualidade de políticas sociais de redistribuição de renda e da participação do Estado na condução da política de produção, frente a empresas estatais, por exemplo, e um aumento da dívida externa de inúmeros países latino-americanos evidenciando uma maior discrepância na balança de pagamentos e também uma onda de governos mais conservadores e com políticas de austeridade como demonstrado por Svampa (2019), Acosta (2016) e Gudynas (2013).

Ao fixarmos o olhar para a mineração em larga escala para a análise de Acosta (2016), este o chama de “exploração mineradora industrial moderna”, a qual se caracteriza por uma extração em grande escala em um curto espaço de tempo e com a maior quantidade possível do mineral, sendo que estes estão se esgotando, dado o seu longo processo de formação geológica (Acosta, 2016). Este processo, por promover a escassez do minério em determinadas jazidas, conflui com uma dinâmica do preço elevado no mercado mundial - como o ouro. Para ser rentável a sua extração e para “valer a pena” para as empresas transnacionais e o capital financeiro “é necessário lançar mão de uma mineração industrial de grande escala, com uso maciço de químicos às vezes extremamente tóxicos (como cianureto, ácido sulfúrico, entre outros), um consumo enorme de água e a acumulação de grandes quantidades de dejetos” (Acosta, 2016, p.62).

O ouro assume um caráter essencial como fator explicativo para compreender o processo em curso do colonialismo e do avanço do neoextrativismo e neoliberalismo. A flutuação cambial do ouro enquanto *commodity* influencia o interesse do capital financeiro ao fomentar os megaprojetos de mineração, que via pressão interna das elites e das empresas transnacionais de

mineração, a América Latina, ou o Estado brasileiro, incorpora o neoextrativismo como o modelo base de sua economia voltada para exportação. Esta estratégia será investigada por Gonçalves e Milanez (2019):

sete estratégias expropriatórias inerentes ao neoextrativismo: 1) Legalidade institucional; 2) Consenso e legitimidade; 3) Cooptação e captura; 4) Disciplinarização e normatização; 5) Criminalização; 6) Repressão; e 7) Militarização e contrainsurgência. Essa variedade de estratégias revela a ação conjunta entre as corporações mineradoras e o Estado no sentido de estruturar territórios e territorialidades e discipliná-los para o modelo extrativo-exportador (Gonçalves, Milanez, 2019, p.13).

Com isso, a investigação conceitual do neoextrativismo ganha contornos explicativos poderosos que suscitam o entrelaçamento do nacional e internacional e a busca pela acumulação de capital, tendo como alicerce a violência e a subjugação de comunidades originárias.

A importância do ouro recai na alta confiabilidade que o mercado financeiro tem sobre o metal e a facilidade da comercialização aurífera nas transações de mercado, e ao observar a cadeia financeira também está presente "em estado bruto no mercado formal, virtual-financeiro e ilegal para fins monetários, particularmente de reserva de valor" (Wanderley, 2015, p.43). Provocativamente as contribuições de Porto e Rocha (2022), ao refletirem sobre o garimpo contemporâneo no território Munduruku no Pará, propõem ao relacionar o tema do garimpo de ouro a sua importância para criação uma denominação “padrão-ouro” da história de exclusões radicais da sociedade brasileira, sendo assim:

uma sociedade branca, de descendência europeia, culta a partir do domínio de referenciais linguísticos e culturais ocidentais, que enxerga o mundo a partir do Norte Global, ou seja, do olhar do colonizador, economicamente dita liberal (embora Estado e iniciativa privada atuem cada vez mais de forma articulada), mas conservadora nos costumes, que silencia e se envergonha de suas raízes ameríndias e africanas. Esse padrão, nos últimos anos de neoliberalismo e neoextrativismo, vem intensificando uma agenda política anti-indígena. (Porto; Rocha, 2022, p.439)

Assim, observa-se a relação entre o garimpo ilegal de ouro e a mineração em larga escala, com o neoextrativismo em diversos locais da América Latina tendo, por exemplo, o Estado brasileiro como executor de uma política violenta e anti-indígena dentro dos territórios reivindicados, sendo esta parte do processo da acumulação de capital derivada da cadeia produtiva aurífera.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando expor algumas das principais contribuições para o estudo do fenômeno do neoextrativismo a partir de algumas referências de autores latino-americanos, o entendimento do mercado aurífero ganha contornos essenciais. Diante do exposto, é possível verificar que o preço das *commodities* no mercado internacional é determinante para as relações sociais (Acosta, 2016) e que durante o século XXI os governos que propuseram políticas sociais que visavam combater a pobreza e a desigualdade de renda, buscaram também a sua legitimidade política frente ao contínuo desmatamento e avanço da fronteira extrativa em territórios indígenas e de reservas florestais.

Em uma contribuição que busca sumarizar este entendimento, Svampa (2019), observará que o neoextrativismo não produziu um saldo positivo na matriz produtiva, mas manteve e avançou na reprimarização das economias, somado ao fator da potência chinesa que marca uma participação significativa no século XXI na América-Latina. Em consonância, com a queda dos preços das matérias-primas na segunda década ocorreu um *deficit* na balança comercial o que levou diversos governos latino-americanos a contrair dívidas e a impulsionar e incentivar grandes projetos extrativos, buscando justamente a sua legitimidade e a manutenção de políticas sociais. Entretanto, como observa Svampa, em uma espiral perversa, levando a um padrão dependente primário-exportador, acentuando processos de violações dos direitos humanos (Svampa, 2019).

A relevância do presente trabalho é dada por compreender que este processo neoextrativista continua em curso. Claramente com outros elementos conjunturais dado a pandemia de Covid-19 e a estagnação generalizada da economia mundial, assim como a presença de Estados em que os seus governos têm características de negação a saúde, ciência, meio ambiente e que ambiciona o bem-estar das elites financeiras, como o Brasil de Jair Bolsonaro (2018-2022) e tantos outros governos latino-americanos. Assim, a compreensão do mercado de ouro pode ser transposto para diversas outras *commodities* para elucidar e demonstrar diferentes conjunturas ao redor do mundo.

Continuar a investida neste campo do conhecimento é essencial para a compreensão do Sul Global hoje e de suas complexidades, já que a própria academia utiliza o conceito de *neoextrativismo(s)* e de múltiplos adjetivos e substantivos para caracterizar fenômenos regionais e de diferentes realidades. Justamente o texto “*From extractivism to global extractivism: the evolution of an organizing concept*” (Changon et al. 2022), reitera esta complexidade ao expor que o conceito de *extractivism* forma um complexo que reúne a prática e a racionalização da destruição socioecológica das organizações da vida a partir da subjugação, violência e esgotamento de

recursos naturais (Changon et al. 2022). Diante de toda a discussão exposta, a relação imprescindível do ouro com dinâmicas do capitalismo liderado pelo fenômeno do neoextrativismo é nítido o impacto deste mineral nas relações sociais.

Demonstra-se então a importância de estudos futuros também reiterarem suas análises nas *commodities*, não como algo apenas comercial e de métricas quantitativas, mas especialmente de uma análise qualitativa do que compõem este conceito - como o ouro. Compreender o comportamento de minerais, petróleo e gás, pesca e outras formas massivas de extração poderá servir para a compreensão de fenômenos globais, nacionais e locais para assim validar uma forma de compor a análise e aproximar com objetos que estão em constante volatilidade dado as características do capitalismo neoliberal.

6. BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, A. “Extratativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição” (Cap. 1, p. 46-87). In: **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

COMPOSTO, C.; NAVARRO, M, L. **Estados, transnacionales extractivas y comunidades movilizadas: dominación y resistencias en torno de la minería a gran escala en América Latina**. Revista Theomai, Buenos Aires/Argentina, n. 25, p. 58-78, 2012.

Chagnon, C. W.; Durante, F.; Gills, B. K.; Hagolani-Albov, S. E.; Hokkanen, S.; Kangasluoma, S. M. J.; Konttinen, H.; Kröger, M.; Lafluer, W.; Ollinaho, O.; Vuola, M. P. S.. **From extractivism to global extractivism: The evolution of an organizing concept**. *The Journal of Peasant Studies*, 2022, vol. 49, no 4, p. 760-792.

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2022.2069015>

DOS SANTOS, A. **Decolonialidade, Questão Agrária e neoextrativismo Mineral: O Teatro Da Hydro-Alunorte na Amazônia Paraense**. 2019.

DO RÊGO, J. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo**. *Ciência hoje*, 1999, vol. 25, no 146, p. 62-65.

GONÇALVES, R; MILANEZ, B. Extrativismo Mineral, **Conflitos e Resistências no Sul Global**. Revista Sapiência, [S. l.], p. 6-33, 17 dez. 2019. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9810>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GUARINELLO, E; NACCARATO, G. **A longuíssima duração da colonialidade: uma análise multidimensional do neoextrativismo na América Latina**. Boletim do Tempo Presente, [S. l.], v. 12, n. 01, p. 10–22, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/18666>. Acesso em: 18 dez. 2023.

GUDYNAS, E, et al. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**. *Extractivismo, política*

y sociedad, 2009, vol. 187, p. 187-225.

<https://www.rosalux.org.ec/pdfs/extractivismo.pdf#page=187>

GUDYNAS, E. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. **Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales**. Observatorio del Desarrollo, n. 13, 2013.

GUDYNAS, E. “**Estado compensador e novos extrativismos. As ambivalências do progressismo sul-americano**”. Nueva Sociedad, Setembro 2013.

GUGLIANO, A.; SEIFERT JR., C. A.; DE QUEIROZ STEIN, G.; SUPTITZ, B. F. **O Pesadelo Brasileiro: Conservadorismo, Neoliberalismo e neoextrativismo Intenso** : Conservatism, neoliberalism and intense neoextrativism. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 105–127, 2022. DOI: 10.25160/bjbs.v11i1.132345. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/132345>. Acesso em: 18 dec. 2023.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HERRERA, M; RUIZ, N. **Acumulação por Espoliação, Mineração e Violência na Colômbia, no Neoliberalismo**. *Revista SapiênciaAs Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano* 4, Atena Editora, p. 80-93, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/redirect/18777>. Acesso em: 6 dez. 2023.

MANZOLLI, B. **Diagnóstico da exploração de ouro no Brasil**. *MapBiomias*, p. 1-14, ago. 2023. Disponível em: https://staging-brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/2oLugar_CategoriaJovem_BrunoAntonioManzolli.pdf

MIGNOLO, W. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. SciELO, 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbesoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

PERIPATO. **Conflitos territoriais em terras indígenas durante o governo de Bolsonaro**.

Geografia UNESP, 22 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/17787>. Acesso em: 18 fev. 2024.

PORTO, M; ROCHA, D. **neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil**. Saúde em debate, p. 487-500, maio 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213317>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/6HXzdpDBsqYQsjxXS6qFVmr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 13 dez. 2023.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidade**. Perú indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

SAMPAIO JR., P. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. SciELO, p. 672-688, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XSSKWS3N6nGBxSfFwy7cvTF/>. Acesso em: 3 out. 2024.

Santos, R. (2013). **O Projeto Neoextrativista e a Disputa por Bens Naturais no Território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água**. Conflitos no Campo Brasil. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Santos-2013-O-projeto-neoextrativista-e-a-disputa-por-bens-naturais-no-territ%C3%B3rio.pdf>

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. Editora Elefante, 2019.

Terra Rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira. Instituto Socioambiental, 2023. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/terra-rasgada-como-avanca-o-garimpo-na-amazonia-brasileira>. Acesso em: 18 jul. 2024.

WANDERLEY, L. **Geografia da mineração de ouro no mundo da globalização financeira**. Revista Tamoios, [S. l.], v. 11, n. 2, 2016. DOI: 10.12957/tamoios.2015.18751. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/18751>. Acesso em: 18 dez. 2023.